

Descrédito no governo começou em 80

■ Delfim foi o primeiro a romper as regras do jogo

CONSUELO DIEGUEZ

O ex-ministro do Planejamento Delfim Neto foi o primeiro a quebrar as regras do jogo, em 1980, ao pré-fixar, naquele ano, a correção monetária e o câmbio em 50%. A idéia do ministro, transmitida sempre a seus alunos, era de que os fatos acontecem primeiro na cabeça das pessoas e depois se tornam verdade. Seu *Plano Cruzado* não funcionou ao passar da teoria para a prática. Apesar da forte campanha do *Diga não à inflação* e da pré-fixação, a inflação fechou o ano em 110%. Foi um desastre para os poupadores, que perderam metade do seu dinheiro para a inflação (e o governo).

Começava ali o descrédito dos investidores na aplicação em

títulos de médio e longo prazos emitidos pelo governo e o sistema bancário. Passou-se a exigir prazos cada vez menores para as aplicações financeiras. Foi também com Delfim que se intensificaram os expurgos nas taxas de inflação e na correção monetária. Assim, quem comprava ORTNs de até cinco anos, não queria mais correr o risco, pois sabia que a paridade entre a correção monetária e a inflação seria *letra morta* para o governo — o principal devedor nesses títulos. O país começou a se viciar no *overnight*.

Com o câmbio defasado, as exportações caindo e as pressões externas, Delfim acabou sendo obrigado a fazer nova maxidesvalorização cambial em 83, depois do acordo com o FMI, noutro grande choque para a economia brasileira. Quando deixou o cargo, em agosto de 1979, com uma inflação de 45% ao ano, o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simon-

sen, sugeria o desaquecimento econômico, através da alta dos juros e da redução dos gastos públicos, e um ajustamento no câmbio. Simonsen achava arriscado um crescimento do PIB acima de 3% ao ano.

Os empresários protestaram, e Delfim trocou a Agricultura pelo Planejamento, com a promessa de um novo milagre econômico. Deixou o ministério em 1985, com uma inflação de 200% ao ano, depois de ter provocado a maior recessão do país: a de 1981-83.

O governo Sarney também entrou com fôlego para gastar. Era hora fazer novamente o país crescer. O problema é que, para isso, o Estado precisava gastar o que não tinha, mas a inflação alta impedia uma política de crescimento sustentado. Veio o Plano Cruzado. Com congelamento de preços e salários e novo expurgo na correção, taxas de juros negativas artificialmente e atraso no câmbio. As reser-

vas foram a zero. O país pediu moratória e os preços dispararam. Os contratos de aluguel de um ano desapareceram, começaram os reajustes mensais de salários, e a institucionalização do *overnight* com a criação das Letras do Banco Central.

Ainda vieram Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II, todos congelando preços e cortando e descolando a inflação da correção monetária. Desde que foi criada, em 1964, esses expurgos fizeram a correção monetária refletir apenas 20% da inflação verificada em todo o período. Essa perda de 80% explica o temor do brasileiro em aplicar na moeda nacional. Todos os planos deram errado porque não atacaram a origem da inflação: o descontrole das finanças públicas. Enquanto isso não for feito, existirá sempre o risco do confisco, e do medo que o governo tenha que lançar mão de medidas artificiais para reduzir o custo de sua dívida.